

Orientação técnica

Programa de Educação Ambiental

Ação do Minuto do Meio Ambiente

RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

TRECHO: ELISEU MARTINS-PI à TRINDADE-PE

TRECHO: SALGUEIRO à PORTO SUAPE

São Paulo
Janeiro de 2010

Sumário

1. Introdução.....	2
2. Dicas para o palestrante.....	3
2.1. Preparação.....	3
2.2. Realização.....	3
2.3. Material para a palestra e do mural temático.....	5
2.4. Ficha de monitoramento das palestras.....	6
3. Saiba mais: informações do meio socioeconômico.....	9
3.1. Informações gerais por trecho.....	9
3.1.1. Trecho Eliseu Martins-PI à Trindade-PE.....	9
3.1.2. Trecho Salgueiro-PE à Porto Suape-PE.....	11
3.2. Efeitos/Impactos da ferrovia nas áreas sob sua influência.....	13
3.3. Os trabalhadores da obra e as comunidades da ADA.....	15
4. Referências Bibliográficas.....	17

1. Introdução

As atividades da ação do Minuto do Meio Ambiente em fevereiro de 2011 estarão voltadas à melhoria da relação entre comunidade geral, especialmente da Área Diretamente Afetada, e os trabalhadores da obra.

Para tanto, este documento traz no “**item 2**” dicas e sugestões para a preparação (subitem 2.1), realização (subitem 2.2) e material a ser utilizado nas atividades. Ademais, mantivemos as fichas para acompanhar e avaliar o Minuto do Meio Ambiente já utilizadas em janeiro/2011 (subitem 2.4), as quais devem ser encaminhadas aos respectivos gestores com cópia à Coordenadora Social, Denise - denise.bonomo@tetraplan.com.br, para que todos os relatórios mensais possuam uma análise do que foi realizado em cada lote.

O item seguinte, “**item 3**”, traz informações que devem ser estudadas pelos técnicos, agentes e gestores, mas que não necessitam ser tratadas diretamente nas palestras. Contudo, as informações do “**item 3**”, assim como o uso das referências bibliográficas sugeridas no “**item 4**”, devem acrescentar novos conhecimentos que facilitaram a continuidade dos trabalhos e do relacionamento com trabalhadores e comunidade em campo.

A proposta de realização de UMA palestra nas frentes de obra, durante o mês, em cada lote, objetiva continuar qualificando cada vez mais o conteúdo, o formato e a metodologia das palestras. Foi analisado que, ao tratar de somente um tema por mês, tanto os envolvidos na realização da atividade (gestores, técnicos, agentes) quanto os trabalhadores da obra poderiam dispor de maior dedicação e participação nas atividades (palestra e mural).

Sendo assim, para o mês de fevereiro, espera-se que este material seja útil e agradável para tratar de um tema que é delicado, mas necessário!

Aguardamos a participação de vocês com sugestões de novas formas de abordagens, experiências e relatos.

2. Dicas para o palestrante

2.1. Preparação

A preparação para o Minuto do Meio Ambiente no mês de fevereiro requer que o gestor, técnico e, principalmente, o agente social, façam leituras e reflexões breves sobre a situação no lote em que trabalha.

A palestra será conduzida pelos agentes sociais com o apoio dos técnicos e/ou gestores. Em alguns casos, contará também com a presença da Coordenadora Social, Denise.

Para a palestra, sugere-se:

- Ler o “**item 4**” (a seguir neste documento) sobre características socioeconômicas, efeitos/impactos da ferrovia nas áreas sob sua influência, e a questão de desapropriação que por vezes é colocada aos trabalhadores da obra, dado seu contato direto com as comunidades da Área Diretamente Afetada – ADA;
- Ler mais sobre os programas sociais nos PBAs;
- Procurar se informar mais sobre as comunidades locais do seu lote;
- Identificar previamente quais os efeitos/impactos da obra nas comunidades do seu lote.
- Preparar os quadros do “**subitem 2.2**” “O que os trabalhadores devem fazer” e “O que os trabalhadores não devem fazer”, que devem estar em **branco** para a realização da dinâmica (que será explicada adiante em “Realização”)

Para o mural temático, sugere-se:

- Fazer o mural (que ficará próximo ao local da palestra) com os quadros do “**subitem 2.3**” -“O que os trabalhadores devem fazer” e “O que os trabalhadores não devem fazer já preenchidos (de preferência impressos em A3). Deixar espaço reservado para novas contribuições dos trabalhadores durante e depois da palestra;
- Selecionar fotos de campo que seria interessante de colar no mural (podem ser *scaneadas*) e que podem também ser apresentadas durante a palestra.

2.2. Realização

A palestra “Relação com Comunidade” possui tempo previsto de 15 minutos, divididos da seguinte forma:

- (2 minutos) Apresentar-se (agente social) aos trabalhadores contando sobre o seu trabalho de agente social da Arcadis Tetraplan. Aproveitar para mostrar

fotos do trabalho (pode ser mostrando o mural pronto e avisar o local onde ficará o mural para que possa ser visto com calma após a atividade);

- (5 minutos) Perguntar aos trabalhadores sobre suas origens (trabalhador local ou atraído pela obra). Perguntar se algum deles reside ou conhece alguém que resida no entorno da ferrovia. Se houver, podemos pedir a eles para compartilhar. Exemplos:
 - “De modo geral, qual é a relação da comunidade com a obra e com a ferrovia? Quais são os efeitos bons e ruins da obra e da operação ferroviária?”
 - “Como a obra tem afetado e como acham que ainda vai afetar a vida de quem reside próximo à faixa de domínio?”

Se houver relatos de situações que são recorrentemente diagnosticadas pelos agentes sociais (queixas quanto à porteira aberta, excesso de ruído/barulho e poeira, acesso à propriedade interrompido, valor da indenização considerado inadequado, indenização não recebida etc), perguntar aos demais trabalhadores “O que vocês fariam ou sentiriam se estivessem no lugar destas famílias?” O intuito é **SENSIBILIZAR os trabalhadores e encarregados a colocar-se no lugar das famílias com o objetivo de incentivar o respeito mútuo entre população afetada e trabalhadores.**

- (5 minutos) Tentar, ainda que de forma rápida, identificar em um papel craft “O que os trabalhadores devem fazer” e “O que os trabalhadores não devem fazer”. O palestrante pode mediar a conversa, enquanto que outra pessoa da equipe da Arcadis Tetraplan pode ir anotando as opiniões dos trabalhadores. Pode-se também usar duas cores diferentes de caneta. O material resultante deste momento deve ser utilizado direto no mural temático do mês. Os quadros abaixo podem ser impressos em A3 com linhas em branco¹ para serem preenchidos com novos comentários e participações.

 O que os trabalhadores devem fazer
✓
✓
✓

 O que os trabalhadores não devem fazer
--

¹ Para adicionar mais linha, deve-se clicar no lado direito do mouse e escolher a opção de “Inserir linha abaixo”.

✓
✓
✓

- (3 minutos) Fazer leitura conjunta dos quadros de “O que os trabalhadores devem fazer” e “O que os trabalhadores não devem fazer” apresentados no subitem, “2.3” deste documento. Avisar novamente o local onde o mural está fixado para que as fotos e os quadros possam ser vistos com mais calma, recebendo inclusive contribuições dos trabalhadores.

Sugerimos finalizar a atividade reforçando com o grupo a importância do respeito ao modo de vida de cada sitiante, comunidade, vilarejo, ou seja, da cultura local e regional. Isto inclui respeito à forma como as pessoas falam, ao sotaque, às gírias, ao modo de vestir, aos hábitos, crenças religiosas, etc.

2.3. Material para a palestra e do mural temático

- Ficha de monitoramento e avaliação
- Canetão colorido, com duas ou três cores diferentes
- Papel craft com o quadro em branco “O que os trabalhadores devem fazer” e “O que os trabalhadores não devem fazer”
- Papel craft com o quadro já preenchido “O que os trabalhadores devem fazer” e “O que os trabalhadores não devem fazer” (ver abaixo)

Sugerimos que os quadros abaixo possam ser copiados/impressos em A3 e depois colados em material apropriado (como, por exemplo, papel craft) para serem utilizados tanto na palestra e quanto mural temático. **O ideal é que TODOS os murais contemham os quadros abaixo.**

	O que os trabalhadores devem fazer
	✓ Respeitar os demais trabalhadores, assim como todos os outros envolvidos na obra, inclusive a população local. Manter-se sempre calmo e buscar satisfação no seu trabalho.
	✓ Ter comportamento adequado (descrição e respeito) dentro e fora do ambiente de trabalho, ou seja, inclusive nas cidades.
	✓ Evitar entrar em conflito com a população da faixa de domínio. Relatar o ocorrido à ARCADIS Tetraplan e ao encarregado ou engenheiro de segurança da Odebrecht.

✓	Apresentar-se aos moradores, informando o nome da construtora para a qual trabalha, sua função e o motivo da sua presença, peça licença e agradeça.
✓	Comportar-se de forma cooperativa, mostrando-se disponível e colocando-se na posição ou situação da outra pessoa, num esforço de entendê-la.
✓	Respeitar as leis locais, inclusive de trânsito, evitando acidentes, inclusive na zona rural.
✓	Estar atento aos materiais deixados pela obra e aos ambientes que possam disseminar vetores de doenças, aranhas, escorpiões, roedores e moscas.
✓	Avisar a Arcadis Tetraplan em caso de vazamento de produtos químicos ou poluentes nos corpos d'água para que os agentes sociais e técnicos ambientais possam avisar as comunidades.
✓	Fazer regularmente exames de rotina (inclusive de sangue) e ficar atento às campanhas de vacinação.

Elaboração: Arcadis Tetraplan, janeiro de 2011.

 <h3>O que os trabalhadores não devem fazer</h3>	
✓	Fazer afirmações sobre as quais não tenha conhecimento ou autorização para falar, inclusive sobre o andamento da obra.
✓	Fazer críticas desnecessárias, piadas e comentários de ordem pessoal em relação aos colegas e comunidades locais.
✓	Descumprir as regras de segurança no ambiente de trabalho.
✓	Descuidar do ambiente no dia-a-dia de trabalho (cuidados com os restos, lixo, embalagens, o solo, água, fauna e flora locais).
✓	Estar associado a eventos de violência física, psicológica ou sexual.
✓	Fazer uso de álcool e outros entorpecentes antes de dirigir.

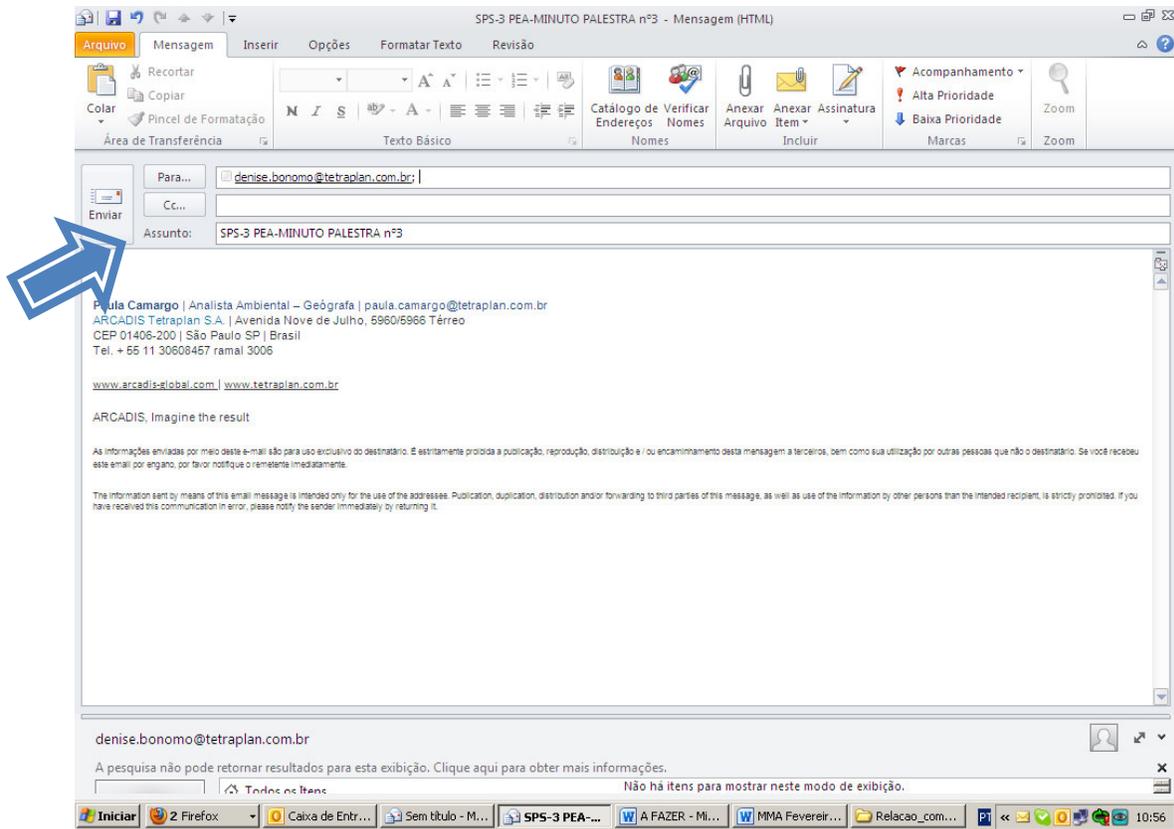
Elaboração: Arcadis Tetraplan, janeiro de 2011.

2.4. Ficha de monitoramento das palestras

As fichas de monitoramento e avaliação devem ser preenchidas após cada palestra realizada. Se no mês, por exemplo, tiver ocorrido 4 palestras, então será necessário enviar ao gestor e coordenadora social o total de 4 fichas.

Recomendamos que as fichas sejam impressas e levadas a campo para evitar a perda de informações relevantes. Contudo, os dados preenchidos devem ser, em seguida, repassados às fichas em *excel* pelo próprio palestrante. Daí, então, este(s) arquivo(s) será(ão) enviado(s) ao gestor e à coordenadora social.

Para melhor organização deste material, solicitamos que o “ASSUNTO” do e-mail contenha o seguinte **SPS-3 PEA-MINUTO PALESTRA nº3**, por exemplo.



Sendo que temos neste exemplo:

TRECHO	Nº DO LOTE	PROGRAMA	AÇÃO	Nº AÇÃO
SPS	3	PEA	MINUTO	PALESTRA n º 3

Lembramos novamente que as fichas devem ser preenchidas em arquivo *excel*. Abaixo segue o conteúdo das fichas para exemplificar melhor a sua forma de preenchimento.

Minuto do Meio Ambiente – Ficha de Monitoramento - Palestras

Trecho:	<i>Inserir se é SPS ou EMT</i>
Lote:	<i>Inserir o NUMERO do lote</i>
Nº da Palestra:	<i>Inserir o número de palestra do MÊS</i>
Tema:	<i>Relação com comunidade</i>
Palestrante:	<i>Inserir o nome do palestrante e também de outros da equipe presente (neste mês provavelmente o palestrante será o agente social e o técnico estará de apoio)</i>

Monitoramento: Trecho SPS – Lote 3 (exemplo)

Data	Horário	Número total de participantes	Frentes de Obra / Local	Desenvolvimento e Resultados	Registro Fotográfico
Inserir a data da palestra 02/02/2011	Inserir o horário que foi realizado 06:10 às 06:30	Inserir o nº total de participantes desta palestra	Lote 3 Obra de arte corrente (OAC) Frente de obra estaca 62.690.	A palestra foi ministrada pelo agente social XX com apoio do técnico ambiental xxx. Abordou-se o tema RELAÇÃO COM COMUNIDADE (descrever como foi abordado e quais foram as reações dos trabalhadores frente à questão colocada etc)	Inserir foto com o formato de 5,25cm e 7,00cm

Avaliação Trecho SPS – Lote 3 (exemplo)

Análise do palestrante	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Nível de participação e integração (comentários/ perguntas) dos trabalhadores		x		
Interesse dos trabalhadores pelo tema	x			
Adequação do local de realização da palestra			x	
O que você achou do tema e conteúdo abordados?	x			
Citar as principais dúvidas e comentários dos trabalhadores e se foi possível esclarecê-las				
Um trabalhador relatou que morava na comunidade X e que já tinha vivenciado ... Os trabalhadores, em geral, consideram o tema xxx				
Comentários do palestrante (o que foi bom, o que pode ser melhorado, dificuldades encontradas e sugestões)				
A palestra teve um bom andamento, porém muitos trabalhadores estavam com a atenção dispersa, o que se procurou melhorar chamando a atenção deles. O espaço utilizado estava adequado para que todos se ouvissem. O tema				

3. Saiba mais: informações do meio socioeconômico

3.1. Informações gerais por trecho

3.1.1. Trecho Eliseu Martins-PI à Trindade-PE

Os dados levantados para elaboração do EIA ²(agosto de 2008) indicam que o trecho sudeste do estado do Piauí a ser atravessado pela Transnordestina caracteriza-se por apresentar majoritariamente atividades do setor primário, que são minerárias e agropecuárias³. Contudo, em relação à geração de riquezas, o setor que se destaca é o de “serviços” devido, principalmente, aos gastos com funcionalismo público.

Ainda segundo dados do EIA, tem-se que nos municípios da AID deste trecho a densidade populacional não é muito elevada e a maioria de sua população é rural.

A implantação da Ferrovia Transnordestina poderá fortalecer pólos produtivos no interior do Estado, criando melhores condições para o desenvolvimento econômico da região, conseqüentemente, diversificando as atividades produtivas dos municípios e possibilitando uma maior fixação das populações nesses locais.

Em 2000, no conjunto de municípios atravessados pela ferrovia, residem cerca de 299.980 pessoas, sendo que a média de habitantes por município varia de 5.000 a 10.000.

Os municípios atravessados pela ferrovia apresentavam um médio nível de desenvolvimento para os índices de longevidade e educação. Embora seja boa a taxa de alunos matriculados no ensino fundamental, o mesmo não se verifica em relação ao nível médio e é quase inexistente a presença de ensino superior. Tal situação se reflete na qualificação da mão-de-obra local e, aliada às baixas rendas, cria condições de emigração da população por busca de melhorias na qualidade de vida.

Os índices baixos de renda revelam as carências produtivas de geração de renda e emprego e estão diretamente associadas à dificuldade de melhoria dos indicadores sociais (longevidade e educação).

Além de necessitar de mais investimentos na área da educação, tais municípios carecem também de investimentos em outras áreas de infraestrutura básica, como hospitais, redes de abastecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto e, inclusive também, de coleta e destino adequado para o lixo. Destaca-se que a área de

² O EIA é um estudo técnico, onde se avalia os impactos positivos e negativos ao ambiente e a população que o empreendimento, nesse caso, a Transnordestina, poderá ocasionar, com as respectivas medidas para potencializar os impactos positivos e minimizar, monitorar e compensar os negativos.

³ Ao longo do Trecho Eliseu Martins a Trindade foram identificadas atividades agrícolas, voltadas à produção de caju, mandioca, milho, banana, coco, algodão, batata doce, feijão, sorgo e mamona, pecuária destinadas à criação de bovino, caprino, ovino e aves, além das atividades de apicultura e extrativista, com uso de palmeiras de carnaúba, babaçu, buriti. Além destas atividades econômica, destaca-se o pólo industrial têxtil em Paulistana e o de gesso em Araripina.

saúde apresenta grande defasagem em relação às recomendações da Organização Mundial da Saúde.

No que se refere à organização social, o padrão da região é semelhante ao dos pequenos municípios do interior do país, em que se destacam os conselhos comunitários, as associações de moradores, as associações de pequenos produtores de assentamentos rurais e algumas organizações não-governamentais.

Populações Tradicionais

Quando se avaliam os impactos da implantação de um empreendimento, é importante também conhecer o que se chama “populações tradicionais”.

Populações Tradicionais (Decreto 6.040 de 2007 – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais) possuem modos de vida e reprodução econômica e social específicos. As suas relações de parentesco e vizinhança compõem parte determinante da garantia de sua continuidade histórica e social. Geralmente, estas relações estão pautadas em valores e formas de entendimento ligadas a sua trajetória histórica, calcadas na memória de seus antepassados. As comunidades de remanescentes de antigos quilombos têm, como parte de sua história, a fragilidade econômica e social por suas condições de expropriação de bens materiais e muitas vezes, também, imateriais. Os territórios quilombolas são dotados de relações específicas ligadas à ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão historicamente vivenciada (INCRA, IN Nº49, 2008).

Conforme já apontado nos diagnósticos elaborados para o Estudo de Impacto Ambiental - EIA, e Programa Básico Ambiental - PBA (Arcadis Tetraplan) foram consideradas as conceituações e legislações específicas para as comunidades de remanescentes de antigos quilombos e pescadores artesanais, conforme segue:

Populações Tradicionais – Ministério do Meio Ambiente – Decreto 6.040, de fevereiro de 2007. Instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). De acordo com o artigo 3º deste decreto:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Comunidades Remanescentes de Quilombos – Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura – Decreto 4887, artigo 2º:

Pescadores Artesanais: O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros.

Na região da AID do Trecho Eliseu Martins a Trindade, identificaram-se:

- Comunidade Sítio Maninho é a única “**comunidade remanescente de quilombo**” localizada na AID do traçado da ferrovia e está localizada no

município de Paulistana-PI. Há outras comunidades quilombolas situadas mais distantes do eixo e, por isso, não serão alvo dos programas sociais, neste momento. Algumas, inclusive, estão em fase de reconhecimento de terras e entraram com processos legais junto ao INCRA.

- Sítio Garapa é a comunidade de “**pescadores artesanais**” localizada na AID, município de Curral Novo do Piauí-PI, que foi identificada durante o EIA.

3.1.2. Trecho Salgueiro-PE à Porto Suape-PE

O Estado de Pernambuco caracteriza-se por apresentar grandes diferenças entre as atividades econômicas que são desenvolvidas nas regiões do litoral, da Zona da Mata, do rio São Francisco e do Sertão.

No litoral, destacam-se as atividades ligadas ao turismo; na Zona da Mata, a cultura da cana-de-açúcar; nas áreas que possuem acesso ao rio São Francisco, com em Petrolina e Juazeiro, são relevantes as atividades de agricultura irrigada, especialmente a cultura de frutas, voltada para a exportação; no Sertão, ainda é grande a importância da criação de caprinos.

É possível afirmar que a economia frágil de grande parte dos municípios analisados contribui para manter condições de deslocamento da população em busca de melhores condições de vida nos centros maiores, processo este que tende a continuar ao longo do tempo, se não forem criadas formas para maior desenvolvimento das regiões pernambucanas hoje com atividade econômica muito deficiente.

Em termos da participação dos municípios na economia do Estado, verificam-se tanto economias de subsistência, como outras, com porte mais importante, sendo que os 38 municípios analisados respondem por 14% do PIB e por 10% do total de empregos formais do estado de Pernambuco.

De forma geral, os municípios têm baixa capacidade de arrecadação, sendo que Salgueiro e Serra Talhada apresentam os melhores desempenhos nas finanças municipais.

Segundo dados do EIA, no conjunto de municípios atravessados pela ferrovia, residem cerca de 1.160.000 pessoas, sendo que a média de habitantes por município varia de 20.000 a 50.000. Mais de 50% da população vive nas áreas urbanas, sendo tanto mais alta a taxa de urbanização quanto mais próxima é o município da região do litoral.

Ainda segundo dados do EIA, não há nenhum município com mais de 100.000 habitantes, sendo que Recife conta, sozinha, com mais de 1.500.000 habitantes e sua região metropolitana tem quase 4 milhões de habitantes, a maior do Nordeste. Esse fato é resultado de sucessivos investimentos públicos e privados na capital, em detrimento do interior.

Em 2000, os municípios atravessados pela ferrovia apresentavam um médio nível de desenvolvimento para os índices de longevidade e educação. Já o índice renda, no mesmo período, identificou onze municípios com baixo desenvolvimento, revelando a incapacidade da melhoria dos indicadores sociais (longevidade e educação) ultrapassarem as carências produtivas de geração de renda e emprego. Como no Trecho Eliseu Martins a Trindade, embora seja boa a taxa de alunos matriculados no ensino fundamental, o mesmo não se verifica em relação ao nível médio e é quase inexistente a presença de ensino superior.

Quanto ao saneamento básico, o abastecimento de água, embora não atenda a 100% dos domicílios, apresenta bom nível de cobertura, sendo que a opção por poços e

canalização de nascentes é muito freqüente, ocorrendo principalmente nos loteamentos ilegais e zonas rurais. Já a coleta de esgotos é bem mais precária, com quase 50% dos municípios não servidos; grande parte dos domicílios possui fossa rudimentar.

Os municípios carecem ainda de muitos investimentos em infraestrutura básica, como escolas, hospitais, redes de abastecimento de água e de coleta de esgoto e coleta e destino adequado para o lixo.

Nas áreas onde há o predomínio das usinas de açúcar e álcool, os sindicatos de trabalhadores rurais, em parceria com núcleos de atuação ligados a igreja católica, tendem a ser mais atuantes, assim como as representações das Comissões Pastorais da Terra e do Movimento dos Sem Terra (MST).

Para a realização do EIA, foi feito estudo de campo em 38 municípios do estado de Pernambuco e, na época, a população mostrou ter mais expectativas positivas do que negativas quanto à implantação da ferrovia.

O processo de desapropriação está sendo conduzido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado de Pernambuco – SDEC. Atualmente possui mais de 2,2 mil laudos que estão sendo analisados para a realização do depósito e da imissão de posse. A maioria dos laudos refere-se a propriedades rurais e envolvem cerca de 1,8 mil pessoas.

Populações Tradicionais

Na região atravessada pelo Trecho Salgueiro Porto Suape, identificaram-se no EIA e PBA:

- **Terra Indígena XUKURU**, no município de Pesqueira, localiza-se na AID e a Terra Indígena KAPINAWÁ, nos municípios de Tupanatinga e Buíque, está na AII.
- Comunidade Negro dos Ossos é a **comunidade remanescente de quilombo** mais próxima (há 3km) do traçado da ferrovia e está localizada no município de Pesqueira. Há outras comunidades quilombolas situadas mais distantes do eixo e, por isso, não serão alvo dos programas sociais, neste momento. Algumas, inclusive, estão em fase de reconhecimento de terras e entraram com processos legais junto ao INCRA. As demais comunidades quilombolas não se encontram na AID estão nos municípios de Santana, Betânia, Custódia, São Bento do Uma, Agrestina e Cupira.
- **Pescadores artesanais** não constam nos levantamentos feitos na AID.

3.2. Efeitos/Impactos da ferrovia nas áreas sob sua influência⁴

A Transnordestina é um empreendimento linear que atravessa 21 municípios no Trecho Eliseu Martins à Trindade e 27 outros municípios no Trecho Salgueiro à Porto Suape.

Os efeitos/impactos, positivos ou negativos, podem ser percebidos de imediato (chamados de curto prazo) ou mais com o passar do tempo (chamados de médio e longo prazo). O quadro abaixo relaciona os principais efeitos/impactos identificados no momento de elaboração dos respectivos estudos de impacto ambiental:

Quadro 1 Impactos socioeconômicos por fase de implantação

Os Impactos socioeconômicos	
Fase de Planejamento	
▪	Expectativas e com relação ao empreendimento
▪	Inseguranças em relação ao empreendimento
▪	Especulação imobiliária
Fase de Implantação	
▪	Incômodos à população devido à alteração nos níveis de ruído pela emissão sonora de passagem de trens e de suas buzinas, de operação nos pátios de cruzamento e manobra e de manutenção da via
▪	Incômodos à população devido à limitação da circulação de veículos e pedestres
▪	Dinamização das economias municipais
▪	Aumento na arrecadação tributária municipal
▪	Maior mobilização da sociedade civil organizada
▪	Insegurança da população em relação à negociação
▪	Interferências nas propriedades, na população e no uso e ocupação do solo
▪	Alteração nas relações econômicas, sociais e culturais
▪	Interferência em infraestruturas existentes
▪	Alteração na paisagem (áreas de apoio, taludes, cortes, pontes, acessos, trilhos etc)

⁴ As áreas de influência da ferrovia são definidas de três formas: 1) a área de influência indireta – All, a qual reflete a interatividade das atividades econômicas intra e inter-regionalmente, no espaço em que os impactos do empreendimento se farão sentir de forma indireta; 2) a área de influência direta – AID, em é constituída pelos municípios que terão território atravessado pela ferrovia e aqueles situados a até 2,5 km de distância desta, onde os impactos da implantação e operação serão também diretos; e 3) a Área Diretamente Afetada – ADA, a qual é delimitada pela faixa de domínio da futura ferrovia, com largura média de 40 metros para cada lado do eixo, ampliada em alguns trechos para conter a infraestrutura da ferrovia, até o limite dos *offsets*, acrescidos de 15 metros.

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atração da População com a contratação de mão-de-obra temporária
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Propagação de doenças infecto-contagiosas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Interferência em sítios arqueológicos e patrimônio cultural
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Interferência em áreas de remanescentes de quilombos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Interferências no planejamento e na organização territorial (devido à barreira física para a expansão da malha viária)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desmobilização de mão-de-obra (devido à finalização das obras)
Fase de Operação
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alterações do desempenho de sistemas de transporte e logística
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incremento e diversificação das atividades econômicas (expansão dos vetores de crescimento regional)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incremento e diversificação das atividades econômicas (aumento na arrecadação tributária municipal)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incômodos à população devido à alteração na qualidade do ar pela emissão de partículas fugitivas de cargas a granel em vagões abertos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incômodos à população devido à alteração nos níveis de ruído pela emissão sonora de passagem de trens e de suas buzinas, de operação nos pátios de cruzamento e manobra e de manutenção da via
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incômodos à população devido à limitação da circulação de veículos, pedestres e animais

Fonte: Estudo de Impacto Ambiental, agosto de 2008.

Os impactos acima elencados são comuns a maior parte dos grandes empreendimentos. Por isso, é exigido do empreendedor, no caso é a Transnordestina, que contrate empresas que possam implantar a gestão ambiental da obra, desenvolvendo diversos programas socioambientais.

No caso, a Arcadis Tetraplan foi contratada para a condução da maioria dos programas.

Dentre tais programas, estão os Programas Sociais que contribuem para que a obra seja feita com responsabilidade social e de acordo com as exigências do IBAMA. Por meios deles é possível estabelecer o diálogo entre empreendedor, construtora e população afetada, identificando os anseios, dúvidas e/ou sugestões das partes envolvidas. O quadro abaixo identifica os sete programas sociais que serão executados até o final da instalação da ferrovia.

Quadro 2 Programas sociais da fase de LI da Ferrovia Transnordestina

Programa	Breve descrição
Programa de Comunicação Social	Atender as demandas de orientação e informação sobre o projeto, receber e encaminhar dúvidas, queixas e sugestões.
Programa de Educação	Promover ações nos municípios, principalmente nas escolas e nos canteiros de obra. O minuto do meio ambiente é parte

Ambiental	deste programa.
Programa de Negociação e Desapropriação	Acompanhar o processo de identificação das famílias e dos bens que serão atingidos, registrar dúvidas e queixas para notificar os responsáveis.
Programa de Apoio às Famílias Atingidas	Promover ações para que as famílias, depois de indenizadas, tenham condições de geração de renda e recebam orientações voltadas à sustentabilidade ambiental.
Programa de Verificação das Interferências e Apoio às Populações Tradicionais	Levantar informações relevantes que contribuam para a execução de projetos de desenvolvimento local nas localidades identificadas no PBA.
Programa de Ordenamento Territorial	Prover apoio técnico para o ordenamento territorial das áreas diretamente afetadas pela ferrovia via instrumentos de planejamento e mecanismos legais voltados ao uso e ocupação do solo, inclusive com foco na readequação viária.
Programa de Controle de Saúde Pública	Monitorar o aumento da incidência de endêmicas e/ou doenças emergentes e reemergentes entre os trabalhadores da obra e população da AID. Provê-los de informações relevantes que auxiliem a prevenção e controle.

Elaboração: Arcadis Tetraplan, janeiro de 2011.

3.3. Os trabalhadores da obra e as comunidades da Área Diretamente Afetada – ADA5

Os trabalhadores da obra acabam se envolvendo com a comunidade local durante todo o período de implantação do empreendimento, tendo que o traçado previsto para a ferrovia passa por áreas ocupadas há dezenas de anos por famílias pernambucanas e piauienses.

Os governos estaduais estão realizando a desapropriação das terras que são necessárias para a realização das obras. Para isso, foi feito um levantamento da área e dos bens que deveriam ser indenizados em cada propriedade. A partir deste levantamento foi calculado um valor e feito um depósito em juízo para cada proprietário. Contudo, nem sempre os moradores e proprietários consideram adequados os valores, e por vezes indicam que alguns bens não foram incluídos no processo. Para a resolução destes impasses, os processos precisam ser discutidos junto com o juiz de cada comarca o qual fará a liberação para o resgate do dinheiro. Desta forma, o processo para desapropriação nem sempre é rápido, e quando a obra chega, nem sempre a família foi autorizada para sacar o dinheiro e fazer as construções necessárias à moradia e cuidado com animais e plantações. Assim, é possível compreender o lado das famílias que demonstram resistência para a liberação das terras para a continuidade da obra. Por outro lado, há pressões para que a obra continue, e desejam que seja o mais rápido possível.

⁵ A ADA foi delimitada pela faixa de domínio da futura ferrovia, com largura nédua de 40 metros para cada lado do eixo, ampliada em alguns trechos para conter a infraestrutura da ferrovia, até o limite dos off-sets, acrescidos de 15 metros).

Neste sentido, os trabalhadores devem, sempre que se deparar com tal situação, comunicar a situação de impossibilidade de trabalho a seus supervisores. Os supervisores devem comunicar a Arcadis Tetraplan que fará o levantamento da situação e encaminhará a informação para os responsáveis.

Sendo assim, é preciso que estes trabalhadores saibam claramente qual é o papel deles perante esta comunidade e como devem “incorporar” esta responsabilidade. Eles devem ser comunicativos, porém qualquer dúvida sobre a obra, desapropriação etc deve ser encaminhada à Odebrecht ou à Arcadis Tetraplan.

Independente da situação, não deve faltar respeito e diálogo com os demais trabalhadores e as pessoas da comunidade.

4. Referências Bibliográficas

- PBA de cada trecho – Programas Sociais
- Sobre comunidades quilombolas
 - Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí - <http://cecoqpi.blogspot.com/>
 - Ministério do Desenvolvimento Social e e Combate à Fome - <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/povosecomunidadestradicionais>
 - Comissão Pró-Índio de São Paulo – Comunidades Quilombolas: <http://www.cpisp.org.br/comunidades/>
- Pescadores artesanais
 - http://www.mte.gov.br/seg_desemp/modalidades_artesanal.asp